



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08084377020188205001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARIA NAZARE DE FARIAS ROCHA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### **DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Diferente do que tentar fazer crer a parte autora, não há nos autos qualquer documento conclusivo para atestar com veemência o nexa causal do sinistro noticiado com a alegada invalidez, haja vista que o ACIDENTE **OCORREU NO ANO DE 2015**, E O AUTOR NÃO ACOSTOU DOCUMENTOS QUE COMPROVASSEM QUE A MESMA ENCONTRAVA-SE EM TRATAMENTO MÉDICO OU ATÉ MESMO LAUDOS MÉDICOS QUE CONFIRMASSEM LESÃO NA MÃO ESQUERDA.

**CUMPRE ESCALRECER, QUE O AUTOR ACOSTOU DOCUMENTOS MÉDICOS, QUE NÃO CONFIRMA A LESÃO NA MÃO ESQUERDA E SIM AMPUTAÇÃO DA 1ª FALANGE ESQUERDA, SENDO ASSIM, NÃO HÁ SEQUER PROVA DA ALEGADA INVALIDEZ PERMANENTE NA MÃO ESQUERDA.**

Verifica-se, que conforme os documentos médicos e o laudo DO IML acostado pelo autor, foi constatado amputação do 1º Quirodáctilo da 1ª falange distal o i. Perito no seu laudo pericial **atestou amputação parcial do polegar esquerdo** ocorre que, e ao **graduar o mesmo gradou a mão esquerda**, ou seja, HÁ DISCORDÂNCIA no próprio laudo pericial judicial apresentado e o laudo médico acostado.

## LAUDO MÉDICO:

### TRATAMENTO:

PACIENTE SUBMETIDA A TRATAMENTO CIRÚRGICO DE AMPUTAÇÃO TRAUMÁTICA DO POLEGAR ESQUERDO, COM REGULARIZAÇÃO DO COTO, OPERADA POR DR. GUSTAVO, MEDICADA.

*Amputação traumática do polegar  
em nível da DTE*

*imediatamente no momento  
ocorrido em junho de 2015. Pre-  
senta amputação de falange  
distal do primeiro metacarpo,  
isto é, da mão esquerda, com  
destruição cirúrgica da articulação*

## LAUDO PERICIAL:

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

*Amputação parcial do polegar  
em nível da DTE*

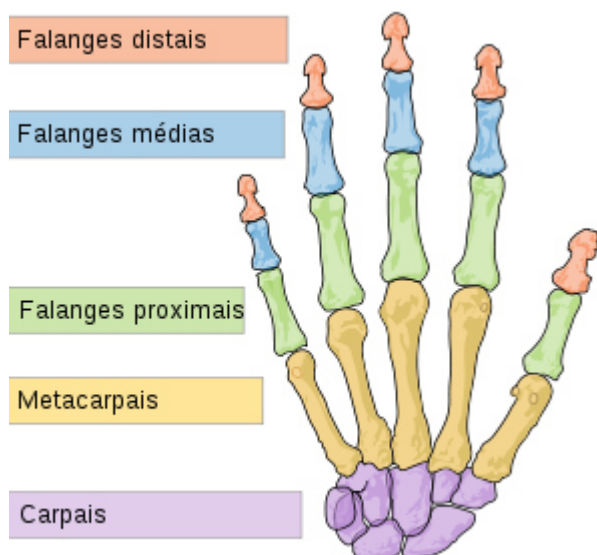
Segmento Anatômico

1ª Lesão

*Mão esquerda*

Marque aqui o percentual

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa



Informa a Ré, que em sede administrativa o autor foi periciado e recebeu a monta de R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), referente a 75% da perda completa da mobilidade do dedo polegar esquerdo

## BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 13/05/2016  
 NUMERO DO DOCUMENTO:  
 VALOR TOTAL: 2.531,25

## \*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: MARIA NAZARE DE FARIAS ROCHA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00762

CONTA: 000000026554-9

Nr. da Autenticação 9ECD19974A1D6BA8

## PARECER

**Diagnóstico:** AMPUTAÇÃO DE FALANGE DISTAL DE I QUIRODACTILO ESQUERDO**Descrição do exame** DEFORMIDADE DO POLEGAR POR AMPUTAÇÃO DE FALANGE DISTAL, COM PERDA INTENSA DA FUNÇÃO ANATOMO  
**médico pericial:** FUNCIONAL**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRURGICO DE AMPUTAÇÃO DE FALANGE DISTAL DE POLEGAR ESQUERDO COM ALTA MEDICA**Sequelas permanentes:** APRESENTA amputação DO 1º QUIRODACTILO ESQUERDO.**Sequelas:** Com sequela**Data da perícia:** 11/05/2016

## DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Dedos Polegar com metacarpo-Perda completa da mobilidade de um dos dedos polegar com metacarpo	25 %	Em grau intenso - 75 %	18,75%	R\$ 2.531,25
<b>Total</b>			<b>18,75 %</b>	<b>R\$ 2.531,25</b>

Cumpra esclarecer, que o perito não observou corretamente os parâmetros estabelecidos na tabela anexa da Lei 6.194/74 (alteração pela Lei 11.945/09), a qual estabelece os danos corporais em casos de invalidez, pois o *expert* graduou mão esquerda da autora e na tabela ora mencionada há indenização para perda completa da mobilidade de um dedo polegar vejamos:

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou <b>dedo polegar</b>	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					

**EM QUE PESE O LAUDO PERICIAL TER APRESENTADO UMA INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA MODERADA (50%) NA MÃO ESQUERDA, VERIFICAMOS QUE NÃO HÁ DOCUMENTAÇÃO MÉDICA NOS DOCUMENTOS ACOSTADOS QUE COMPROVEM LESÃO NESSE SEGMENTO.**

**ORA V. EXA., COMO PODE I. PERITO ATESTAR UMA INVALIDEZ DE 50% NA MÃO ESQUERDA COM PRECISÃO, SE O AUTOR NÃO ACOSTOU DOCUMENTOS MÉDICOS E EXAMES DO PÉ DIREITO PARA QUE I. PERITO PUDESSE BASEAR-SE OU FAZER ALGUMA COMPARAÇÃO.**

Diante do exposto, requer que seja julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC., tendo em vista não ter sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada pelo i. perito na mão esquerda.

Caso assim não entenda, requer esclarecimentos do i. Perito, a fim de elucidar a divergência entre os documentos médicos e o próprio laudo confeccionado pelo i. perito, sobretudo por não constar nos autos qualquer documentação médica capaz de comprovar a lesão na mão esquerda.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos).

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

NATAL, 13 de agosto de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RN 980-A**

**ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**  
**5432 - OAB/RN**